

PROGRAMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE SOROCABA/SP



PROMEA - SOROCABA

2016



**Prefeitura de
SOROCABA**

**Secretaria do Meio Ambiente,
Parques e Jardins**

1.0 APRESENTAÇÃO:

O Programa Municipal de Educação Ambiental de Sorocaba consiste como uma medida estruturante para o município planejar e executar a educação ambiental enquanto uma política pública de Estado que perpassasse as administrações e que traduza os ideais dos distintos atores sociais de Sorocaba.

A presente versão é composta por um conjunto de linhas, diretrizes e estratégias destinadas a orientar a implementação da política municipal e a se constituir como referência para a elaboração de programas e projetos setoriais ou territoriais. Pode servir também como referência para que se crie sinergia entre os trabalhos das instituições e das educadoras e educadores ambientais que atuam em Sorocaba.

Este programa deve contemplar a educação formal (escolar) e a educação ambiental não formal (não escolar) de forma permanente, continuada, articulada e com toda a população de Sorocaba, integrando os diferentes setores do governo e da sociedade por meio de processos educadores.

Para um desafio dessa magnitude, o diálogo e a transparência promovido por uma ampla consulta pública do presente documento é uma das estratégias para garantir que o programa municipal se caracterize como um instrumento de gestão participativa e estratégica da educação ambiental em Sorocaba.

2.0 JUSTIFICATIVA

Este documento reconhece a urgência e relevância da Educação Ambiental no processo de enfrentamento da grave crise socioambiental global, com destaque para a formulação e implantação de políticas públicas voltadas a promover a compreensão das suas causas e consequências e da importância, possibilidades e limites das ações educadoras na escola e na sociedade em seus distintos setores, regiões e classes sociais.

Reconhece ainda que a busca por soluções passa pela participação efetiva de todos e não se trata apenas de uma questão da ciência e de negociações multilaterais entre governantes, estratégia para a qual a Educação Ambiental tem muito a contribuir, priorizando a ação das comunidades locais, formando educadoras e educadores ambientais do cotidiano, comprometidos com a ação educadora voltada à formação de mais e mais pessoas, cidadãs e cidadãos atuantes no sentido de uma Sorocaba sustentável e feliz.

Grande parte da vida na Terra está ameaçada, na medida em que constatamos a forma acelerada de destruição e degradação dos ecossistemas. Segundo estudos científicos divulgados pela Organização das Nações Unidas (ONU, 2001), 63% dos serviços ambientais oferecidos pelos ecossistemas estão seriamente afetados. Os recursos naturais consumidos pela população global superam em 30% a capacidade de oferta e regeneração espontânea da natureza (IPCC - *Intergovernmental Panel on Climate Change*, na sigla em inglês, ou Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, em português).

A questão central é que as consequências resultantes da perda da biodiversidade e das mudanças socioambientais agravadas com o aquecimento global afetam em especial as populações menos favorecidas. Nos últimos anos, a humanidade adotou um estilo de vida onde a superprodução e o hiperconsumo para alguns implica no subconsumo e na degradação socioambiental para muitos.

Mudanças no estilo de vida, individuais e coletivas, que mobilizem para a ação prática voltada à sustentabilidade socioambiental e de qualidade de vida de cidadãos e cidadãs de Sorocaba, são desafios que tornam necessária a formulação e a implantação do *Programa Municipal de Educação Ambiental e a formação de educadoras e educadores*, que possa contribuir e proporcionar condições de inserir as pessoas no cotidiano dos munícipes sorocabanos, potencializando o senso de agir local e a urgência e necessidade de transformação imediata, apontando princípios e diretrizes a fim de qualificar, fortalecer e instrumentalizar não só os/as educadores/as ambientais, mas também as lideranças comunitárias, os gestores públicos e empresariais, de forma que estejam atentos para a complexidade das questões socioambientais do município e também em esfera global, criando condições concretas para a busca de diferentes caminhos éticos, sociais, políticos e de transformação individual e coletiva.

3.0 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Em 1977 foi realizada em Tbilisi, na antiga União Soviética, a Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental, o primeiro encontro oficial das Nações Unidas que teve como tema central a Educação Ambiental.

No Brasil, no ano de 1981, foi promulgada a Lei nº 6.938, que instituiu a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA). No seu artigo 2º, aponta como um dos princípios, a

educação ambiental em todos os níveis de ensino, incluindo a comunidade, como forma de capacitá-la para “participação ativa na defesa do meio ambiente”.

Em 1987, o Ministério de Educação (MEC) aprovou o Parecer nº 226, que determina a inclusão da educação ambiental nos currículos escolares do 1º e 2º graus, de acordo com a realidade local, promovendo a integração entre escola e comunidade, como estratégia de aprendizagem.

Em 1988, no Capítulo VI, artigo nº 225 da Constituição Federal do Brasil, foi indicado que é de incumbência do poder público: “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente”.

Em 1992, o Rio de Janeiro sediou a 2ª Conferência das Nações Unidas para Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92), consolidando a Agenda 21 Global como um dos seus importantes documentos, assinada por vários países. Neste evento houve uma intensa participação de representantes da sociedade civil organizada e movimentos sociais no Fórum Global de Organizações Não Governamentais (ONGs), que de maneira inédita e pela primeira vez na história, discutiram e assinaram seus tratados.

Entre estes documentos, o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global - fruto da 1ª Jornada Internacional de Educação Ambiental realizada antes e durante a Rio 92 - ocupa até hoje um lugar de destaque e juntamente com a Carta da Terra, passou a ser referência para as ações e para a consolidação das políticas públicas em educação ambiental.

Na década de 90, ocorreram outros eventos importantes para a educação ambiental, com destaque para os Fóruns de Educação Ambiental - em 1989 e 1991, em São Paulo. A ampliação da participação no III Fórum de Educação Ambiental, em 1994, também em São Paulo, foi um estímulo para a organização do IV Fórum e do 1º Encontro da Rede Brasileira de Educação Ambiental em caráter nacional, que ocorreu em 1997 no Espírito Santo, organizado pela Rede Brasileira de Educação Ambiental.

No mesmo ano, foi realizada a I Conferência Nacional de Educação Ambiental e o documento chamado a “Carta de Brasília” definiu cinco áreas temáticas para a educação ambiental no Brasil. O MEC apresenta os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), nos quais a dimensão ambiental é tratada como tema transversal.

Um ano depois, em 1998, aconteceu a Cúpula das Américas, em Brasília, com apoio da Organização dos Estados Americanos (OEA) e da UNESCO, que definiu 2002 como ano limite para a revisão das políticas nacionais de educação dos países

participantes, buscando a promoção de um pensamento latino-americano e caribenho sobre Educação para o Desenvolvimento Sustentável.

Em 1999 foi promulgada a Lei nº 9.795, que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA). Logo em seguida, o Ministério de Meio Ambiente (MMA) criou a Diretoria do Programa Nacional de Educação Ambiental, que começa a estimular a criação das Comissões Interinstitucionais de Educação Ambiental (CIEAs) nos Estados, através de suas ações de gestão descentralizada e participativa.

A partir de 2000, a Câmara Técnica de Educação Ambiental do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), criada em 95, passou a ser permanente e o Governo Federal incluiu pela segunda vez a educação ambiental no Plano Plurianual (PPA) de 2000-2003, desta vez vinculada ao MMA.

Constata-se o fortalecimento das Redes de Educação Ambiental, permitindo a mobilização e organização da sociedade, que em 2003 fez com que o MEC revisse a decisão de extinguir a Coordenação de Educação Ambiental (COEA), que se transformou em Coordenação Geral de Educação Ambiental (CGEA).

Em 2001 foi promulgada a Lei nº 10.172, que instituiu o Plano Nacional de Educação 2001-2010, recomendando o desenvolvimento da educação ambiental no meio escolar como prática educativa transversal.

Em 2002, foi promulgado o Decreto Federal nº 4.281, que regulamentou a Lei nº 9.795, dando condições para a implementação da Política Nacional de Educação Ambiental. Em 2003, ocorreu a criação do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, composto pelo MMA e pelo MEC, com a missão de definir diretrizes de educação ambiental em âmbito nacional, contando com o apoio de um Comitê Assessor, no qual está prevista a participação de um representante das CIEAs.

Entre 2003 e 2008, foram realizadas as três Conferências Nacionais de Meio Ambiente (CNMA) e as Conferências Infanto-Juvenis pelo Meio Ambiente (CNIJMA), fortemente comprometidas com a Educação Ambiental.

Em 2003, é elaborada a primeira versão, para consulta pública, do Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA). Aprovado em sua terceira versão, em 2004, tem como um dos seus subprogramas o de Formação de Educadores Ambientais (ProFEA), com o subtítulo “por um Brasil educado e educando ambientalmente para a sustentabilidade”. Tendo como base metodológica a PPP (Pesquisa-Ação-Participante ou Pessoas que Aprendem Participando), ele se orienta pela proposta de envolver

instituições, grupos e pessoas de todos os cantos do país, transformando-as em educadoras/es ambientais populares e irradiando a Educação Ambiental.

Em 2004 é realizado o 1º Encontro Governamental Nacional sobre Políticas Públicas de Educação Ambiental, em Goiânia, cujo documento final “Compromisso de Goiânia”, defende a criação de políticas e programas estaduais e municipais de educação ambiental que estejam sintonizados com o ProNEA.

Em 2004 e 2009, realizaram-se os V e VI Fóruns de Educação Ambiental, respectivamente. Com o final do V Fórum, encerra-se o processo de consulta pública para revisão do ProNEA, iniciado em 2003. A nova versão é publicada em 2004, sob o título: “ProNEA - Programa Nacional de Educação Ambiental - 3ª edição”.

Entre 2007 e 2009 foram realizados, dentre outros, a IV Conferência Mundial de Educação Ambiental para um Futuro Sustentável, em Ahmedabad, na Índia, organizada pela UNESCO e pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Com a criação da Política Nacional, vários estados foram incentivados a criar suas políticas.

Em 2007, foi promulgada a Lei nº 12.780, que instituiu a Política Estadual de Educação Ambiental de São Paulo (PEEA). Atualmente, encontra-se em processo de construção participativa a minuta de regulamentação da política (a ser publicada ainda este ano) que prevê, entre outros, a criação da CIEA tripartite e de um fundo estadual para financiar projetos de Educação Ambiental no Estado de São Paulo.

Em 2012, a Rede Brasileira de Educação Ambiental – REBEA, a Rede Baiana de Educação Ambiental – REABA e o Instituto Roerich de Paz e Cultura do Brasil realizaram o VII Fórum Brasileiro de Educação Ambiental com o tema específico “Educação Ambiental: Rumo à Rio+20 e a uma sociedade sustentável”.

E, após este breve histórico da Educação Ambiental no Brasil, é importante apresentar a trajetória da Educação Ambiental em Sorocaba, demonstrando que a busca na melhoria da qualidade de vida da cidade vem se dando com projetos que abordam a educação ambiental promovida pelo poder público em parceria com a comunidade.

É importante neste levantamento apontar a contribuição de alguns ambientalistas notórios e de movimentos de natureza socioambiental que sugeriram o uso da educação como possibilidade – se não total, mas parcial – de enfrentamento e resistência à problemática ecológica.

Entre eles destacam-se o geógrafo Aziz Nacib Ab’Saberi, que sempre reivindicou, em seus textos e pareceres técnicos em empreendimentos que causassem grandes impactos socioambientais entre os anos 70 e 2000, que a questão ecológica fosse melhor

analisada e debatida; o agrônomo e ecologista Augusto Ruschiii, que entre os anos 60 e 80, defendeu as florestas capixabas da predação pelas empresas de celulose, e teve sua luta reconhecida em 1994, quando foi declarado o Patrono da Ecologia do Brasil, entre outros prêmios; o jornalista Fernando Gabeira, que nos anos 80 escreveu diversas obras relativas à Ecologia e Política, e foi fundador do Partido Verde no Brasil; o artista plástico uruguaio Miguel Abellá, fundador do movimento Arte e Pensamento Ecológico, conhecido por sua militância a partir dos anos 70, por seus manifestos ambientalistas, solitários e silenciosos na cidade de São Paulo; José Lutzenbergeriii, agrônomo, escritor e paisagista gaúcho, fundador de um dos primeiros grupos ambientalistas brasileiros, chamado Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural, em 1971, escreveu o Manifesto Ecológico Brasileiro, de 1976, considerado um dos estopins do movimento ambientalista brasileiro; e Frans Krajcbergiv, artista plástico polonês que desde os anos 60 cria obras a partir de madeiras e raízes calcinadas pelo desmatamento da Amazônia, cuja magnitude e grandiosidade denunciam a destruição da floresta e o descaso com o meio ambiente.

Outros ecologistas importantes na história do movimento ambientalista brasileiro, como Chico Mendes, Judith Cortesão, Paulo Nogueira Neto, Leonardo Boff, José Augusto Pádua, Henrique Luiz Roessler (fundador do primeiro grupo ecologista brasileiro no RS), entre outros. Todos eles, de um modo ou outro, foram influentes na formação do pensamento dos movimentos ecologistas brasileiros e, conseqüentemente, da educação ambiental brasileira. Some-se a esses, os numerosos ecologistas anônimos, entre professores, funcionários públicos, guardas florestais, agrônomos, naturalistas, botânicos e zoólogos.

4.0 DIAGNÓSTICO

EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM SOROCABA

O trabalho de educação com a temática ambiental realizado na cidade de Sorocaba, em espaços educativos não formais, é reconhecido por Reigota (1994), Auricchio (1999) e Dias (2001) como pioneiro no país na área de Educação Ambiental.

Teve início no então conhecido Parque Zoológico Municipal “Quinzinho de Barros” (PZMQB), em 1974, quando surgiu uma visão crítica em relação à educação: Acreditavam

nas pessoas como agentes de transformação para a conservação do meio ambiente e consequentemente da melhoria da qualidade de vida (MERGULHÃO e VASAKI, 1998).

Neste cenário, o consenso sobre a melhor justificativa para a presença de animais em cativeiros era torná-los veículos de mensagens conservacionistas (PUGLIA, 1999 e GARCIA, 2006).

No decorrer dos anos, novos profissionais foram incorporados à equipe educativa tornando-a interdisciplinar, consolidando o programa educativo dessa instituição. O trabalho inicial na instituição ganhou relevância na área ambiental e possibilitou que a cidade de Sorocaba sediasse, em 1984, o I Encontro Paulista de Educação Ambiental, o qual em caráter regional reuniu pela primeira vez no Brasil profissionais da área, configurando-se como um dos acontecimentos mais relevantes para a consolidação da Educação Ambiental no país, particularmente no Estado de São Paulo (REIGOTA, 1994).

Com esta projeção e força de ação, e considerando que toda intervenção educativa, sem ressalvas, necessita de conhecimento teórico e prático gerados na área, verificamos que esse não foi o caminho seguido nesta instituição. O início do trabalho ocorreu de maneira empírica, baseado nas experiências pessoais e principalmente na sensibilidade da equipe técnica envolvida, que apresentava experiência profissional como educadores de espaços formais.

Na década de 90, houve grande movimentação no sentido de documentar e compreender o trabalho educativo realizado. Investigações realizadas por Mergulhão (1998) e por Pereira (2005) demonstram que o trabalho educativo desenvolvido inicialmente não era pautado somente na instrução, mas também no fomento da ação. A intenção era possibilitar ao público visitante o acesso não só as informações científicas, mas também promover no meio em que vive a participação em ações comunitárias voltadas à conservação do ambiente local e regional.

Goya (2000), em sua pesquisa, destaca a importância da ação cotidiana desses personagens na construção do processo histórico local e global, o qual pode ser averiguado por meio de ações concretas a partir da análise de quatorze anos do programa educativo do Zoo realizado por Mergulhão (1997): incorporação do programa educativo no dia a dia da comunidade; evidências de mudança de comportamento da população; formação de agentes multiplicadores de diferentes profissões; incorporação da cidade em movimentos locais pela conservação de habitats naturais e melhoria da qualidade de vida; presença e apoio da imprensa nas atividades e ações efetivas de grupos ecológicos.

Garcia (2006), num breve levantamento com os idealizadores do programa, com o intuito de investigar os referenciais adotados e as concepções envolvidas na implantação das primeiras atividades educativas realizadas, sinaliza algumas “pistas” para a compreensão do empoderamento pela comunidade do espaço e do processo de ensino e aprendizagem nela e por ela estabelecido, proporcionando a reflexão do público sobre seu papel no ambiente de Sorocaba.

Tais transformações, oriundas da participação e envolvimento ativo da comunidade, culminaram na implantação de novas áreas verdes da cidade e na ampliação das ações educativas para os outros parques, com o intuito de atender a grande demanda por estas atividades.

Ainda nos anos 80, houve os movimentos contrários à implantação do Centro Experimental Aramar. Cerca de 10 mil pessoas tomaram as ruas do Centro de Sorocaba em 19 de novembro de 1987. O medo da ameaça nuclear era marcado, principalmente, pelas então recentes tragédias de Chernobyl, em abril de 1986, e de Goiânia, em abril de 1987. Os movimentos sobre Aramar foram importantes para a compreensão sobre a energia nuclear e as suas ameaças à vida no planeta, as quais foram amplamente debatidas no período. Houve a criação do grupo Nemi (Núcleo de Estudos do Morro do Ipanema), o qual publicou, à época, o livro “De Angra a Aramar: os militares a caminho da bomba”.

Desta forma, a história da Educação Ambiental em Sorocaba foi sendo tecida por pessoas idealistas e na medida em que as atividades foram se desenvolvendo, foram tendo repercussões, herdeiros, posicionamentos políticos, sociais, econômicos, culturais e ecológicos e com isto muitas transformações (PEREIRA, 2005).

Tal movimentação culminou com a promulgação da Política Municipal de Educação Ambiental, promulgada em 16 de agosto de 2006 – lei nº 7.854, que define em seu artigo 2º: “A Educação Ambiental como um componente essencial e permanente da educação municipal, devendo estar presente de forma articulada em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal”.

Um eixo estruturante das ações educativas em Sorocaba foi o Programa Município VerdeAzul (PMVA). Lançado em 2007 pelo Governo do Estado de São Paulo, o programa tem como objetivo promover de maneira ampla diversas questões ambientais relevantes para as cidades. Desde seu lançamento até o momento, várias diretivas foram trabalhadas, sendo destaque a diretiva “Educação Ambiental”. O PMVA mostrou-se fundamental para a estruturação da arquitetura administrativa da Área de Educação

Ambiental na Prefeitura de Sorocaba, bem como a interação desta com a secretaria de educação do município e com outros municípios vizinhos, garantindo a realização de ações integradas de maior relevância e impacto.

No ano de 2010, o município elaborou o decreto nº 18.553, de 16 de setembro de 2010, que regulamenta a lei da Política Municipal de Educação Ambiental e dentre outras questões, define em seu artigo 1º: “A Política Municipal de Educação Ambiental deve ser executada por instituições públicas e privadas dos sistemas de ensino, pelos órgãos públicos do Município, envolvendo entidades não governamentais, entidades de classe, meios de comunicação e demais segmentos da sociedade, responsabilizando desta maneira todas as instituições e o tecido social quanto à promoção da educação ambiental”.

Em seu parágrafo único, o decreto cria uma gestão compartilhada para a execução da Política de Educação Ambiental de Sorocaba entre um representante da Secretaria do Meio Ambiente e um representante da Secretaria da Educação.

Outro ponto de grande relevância da Política Municipal de Educação Ambiental está na valorização da abordagem participativa, com destaque para a criação de instâncias participativas para interação socioambiental, como a Comissão Intersetorial de Educação Ambiental (CISEA), coletivos educadores, além do embasamento para o trabalho em redes de educadores.

No final do ano de 2011 foram realizados os processos de consulta pública e publicação do “Programa Municipal de Educação Ambiental - PROMEA”. O programa se dividiu em quatro eixos articuladores básicos:

- EIXO ARTICULADOR 01 - INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EA: Focado na criação de estruturas e instâncias para a garantia da institucionalização da educação ambiental no município e no poder executivo como gestor de tal arquitetura.

- EIXO ARTICULADOR 02 - CAPILARIZAÇÃO E FORMAÇÃO: Toma como princípio básico a capilarização da educação ambiental por todo o tecido social. Incluem-se aqui todos os processos educativos realizados em âmbito formal (escolar) e não formal (não escolar).

- EIXO ARTICULADOR 03 – EDUCOMUNICAÇÃO E MATERIAIS DIDÁTICOS: Organiza a produção de materiais educativos e estimula processos educacionais por diferentes atores sociais.

- EIXO ARTICULADOR 04 – MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS, PROGRAMAS E PROJETOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL: Incumbe-se de fomentar a

construção de sistemas de gestão e organização das ações e processos educativos, bem como realização de diagnósticos ambientais e outras pesquisas.

Cada eixo continha suas estratégias para a implantação do mesmo, indicando possibilidades para a execução e implantação efetiva do PROMEA.

Desta maneira, em 2012, foi lançado o decreto nº 19.957, de 23 de maio de 2012, que “Dispõe sobre a criação da Comissão Intersectorial de Educação Ambiental (CISEA) e dá outras providências”, sendo revogado e substituído pelo decreto nº 21.957/2015. A comissão em questão vem desde então se reunindo regularmente e permitiu a capilarização da educação ambiental organizacionalmente na Prefeitura de Sorocaba. Além disso, pelo seu caráter intersecretarial, atua fortemente junto a Coletivo Educador Ambiental do Bairro de Aparecidinha, lançado em 2013.

A abordagem em rede foi também potencializada pela criação da Rede Sorocabana de Educação Ambiental (RESEA) em 2014, na qual diferentes atores sociais e representantes de instituições atuam e trocam informações em tempo real sobre educação ambiental pela cidade.

A proposta de ação educativa no município dentro da abordagem socioambiental inclui também diversas ações de destaque junto à população, considerando a agenda “Arborização Urbana”. Nos anos de 2010, 2011 e 2012 foram realizados os “Megaplantios”, ação que mobilizou mais de 70 mil pessoas em Sorocaba, contribuindo de maneira contundente com o “Plano de Arborização Urbana” do município.

Considerando as proporções do Megaplantio e a não existência de outras áreas no município que comportassem ações desta grandeza, o programa de plantio com participação popular tornou-se, a partir de 2013, o programa “Plantios Sociais” e, em 2015, o programa Arboriza Sorocaba, que contou com portal próprio e também aplicativo para celular. Ao todo, desde o lançamento do Programa de Arborização Urbana foram plantadas pelo menos 600 mil mudas de árvores, contando com a participação de milhares de pessoas de diferentes idades.

Para a capilarização da educação ambiental proposta para todos os níveis do tecido social, utilizando os processos formativos como base, tanto no ambiente formal e não formal de aprendizagem, foram promovidas formações para educadores dos ciclos I e II, além de gestores das redes públicas e particular do município em diversos momentos e com diferentes temáticas. Estas formações ocorreram em serviço e também contra turno. Diversas ações também foram realizadas para a integração do ambiente formal e não formal. O destaque fica para o programa “Parques Ecológicos Educadores”, parceria entre

as secretarias de Meio Ambiente e de Educação, que permitiu acesso aos parques naturais municipais por meio de visitas monitoradas.

Os parques naturais de Sorocaba têm grande tradição na realização de diversas atividades educativas para diferentes públicos, que garantem a veiculação de informações relativas ao meio ambiente para diferentes públicos, tornando a cidade um espaço acolhedor e educador. Regularmente, além das visitas monitoradas, são realizadas oficinas educativas; atividades especiais nas datas alusivas ao meio ambiente, indicadas pela lei nº 8812, de 15 de julho de 2009 (regulamentada pelo decreto nº 18554/2010), que “Institui o calendário oficial de datas alusivas ao meio ambiente, no município de Sorocaba e dá outras providências”; programação de férias; visitas especiais, entre outras.

Desde o início da vigência do PROMEA, foram confeccionadas diversas publicações. Entre estas se destacam os livros: “Jardins que fazem a cidade de Sorocaba” (2013), “Biodiversidade de Sorocaba” (2014), “Conectando Peixes Rios e Pessoas: Como o Homem se relaciona com os rios e com a migração dos peixes” (2014) e “Parque Natural Municipal Corredores de Biodiversidade: Pesquisas e perspectivas futuras” (2015). Estas últimas associadas ao programa “Sorocaba, Cidade da Biodiversidade”, que tem como enfoque ações educativas destinadas à preservação e recuperação da biodiversidade, incluindo as questões sociais e culturais como peças fundamentais para o alcance desses objetivos. Em diversos pontos da cidade foram instaladas placas educativas.

Além destes importantes instrumentos jurídicos que norteiam as ações de educação ambiental, vários projetos e ações vêm sendo implementados pelo poder público municipal e podem ser consultados no endereço eletrônico: www.meioambiente.sorocaba.sp.gov.br, que é um banco de dados em constante atualização, por parte dos próprios responsáveis pela Educação Ambiental no município.

Em 2016 foi realizada a revisão do PROMEA, culminando no presente documento.

5.0 DIRETRIZES

O Programa Municipal de Educação Ambiental de Sorocaba destina-se a assegurar a interação e a integração equilibradas das múltiplas dimensões da sustentabilidade ambiental – ecológica, social, ética, cultural, econômica, espacial e política – ao desenvolvimento do município, buscando o envolvimento e a participação social na

proteção, recuperação e melhoria das condições ambientais e de qualidade de vida. Nesse sentido, assume as diretrizes do ProNEA:

- transversalidade e perspectiva multi, inter e transdisciplinaridade;
- descentralização espacial e institucional;
- sustentabilidade socioambiental;
- democracia e participação social;
- e aperfeiçoamento e fortalecimento dos Sistemas de Ensino, Meio Ambiente e outros que tenham interface com a educação ambiental.

O Programa Municipal de Educação Ambiental de Sorocaba propõe um constante exercício de transversalidade para internalizar, por meio de espaços de interlocução bilateral e múltipla, a educação ambiental no conjunto do governo, nas entidades privadas e no terceiro setor; enfim, na sociedade como um todo. Estimula o diálogo multi, inter e transdisciplinar entre as políticas setoriais e a participação qualificada nas decisões sobre investimentos, monitoramento e avaliação do impacto de tais políticas.

Essa diretriz deve nortear a integração do programa nos Sistemas de Gestão de Recursos Hídricos e Saneamento, de Áreas Verdes e Unidades de Conservação, de Educação, de Saúde, de Planejamento e Urbanismo, de Desenvolvimento Econômico, de Finanças, de Obras, Habitação, Transportes e de Trabalho, bem como nos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos que alterem parcial ou totalmente a paisagem original, tais como mineração e agricultura.

A educação ambiental deve se pautar por uma abordagem sistêmica, capaz de integrar os múltiplos aspectos da problemática ambiental contemporânea. Essa abordagem deve reconhecer o conjunto das inter-relações e as múltiplas determinações dinâmicas entre os âmbitos naturais, culturais, históricos, sociais, econômicos e políticos. Mas para uma abordagem sistêmica, a educação ambiental exige a perspectiva da complexidade, o que implica que no mundo interagem diferentes níveis da realidade e se constroem diferentes olhares decorrentes das diferentes culturas e trajetórias individuais e coletivas.

A descentralização espacial e institucional também é diretriz do Programa Municipal de Educação Ambiental, por meio da qual privilegia o envolvimento democrático dos atores e segmentos institucionais na construção e implementação das políticas e programas de educação ambiental nos diferentes níveis e instâncias de representatividade social no município.

A Democracia, a Participação, o Controle e a Mobilização Social permeiam as estratégias e ações — na perspectiva da universalização dos direitos e da inclusão social

—, por intermédio da geração e disponibilização de informações que garantam a participação social na discussão, formulação, implementação, fiscalização e avaliação das políticas ambientais voltadas à construção de valores culturais comprometidos com a qualidade ambiental e a justiça social; e de apoio à sociedade na busca de um modelo socioeconômico sustentável.

A participação e o controle social destinam-se ao empoderamento dos grupos sociais para intervirem, de modo qualificado, nos processos decisórios sobre o acesso aos recursos ambientais e seu uso. Neste sentido, é necessário que a educação ambiental busque superar assimetrias nos planos cognitivos e organizativos, já que a desigualdade e a injustiça social ainda são características da sociedade. Assim, a prática da educação ambiental deve ir além da disponibilização de informações.

O processo de construção do Programa Municipal de Educação Ambiental de Sorocaba pode e deve dialogar com as mais amplas propostas, campanhas e programas de governo e órgãos não governamentais em âmbito municipal, estadual e nacional, fortalecendo-os e sendo por eles fortalecido, agregando a estes reflexões e práticas marcadamente ambientalistas e educacionais.

Um dos seus subprogramas (eixos articuladores) destina-se a formação de agentes (editores/comunicadores/educadores) ambientais, fomentando, apoiando e fortalecendo grupos, comitês e núcleos ambientais, em ações locais voltadas à construção de sociedades sustentáveis.

6.0 PRINCÍPIOS

- Concepção de ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência sistêmica entre o meio natural e o construído, o socioeconômico e o cultural, o físico e o espiritual, sob o enfoque da sustentabilidade;
- Enfoque humanista, histórico, crítico, político, democrático, participativo, inclusivo, dialógico, cooperativo e emancipatório;
- Abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais, e globais, reconhecendo a diversidade cultural, étnica, racial, genética, de espécies e de ecossistemas;
- Respeito à liberdade e à equidade de gênero e apreço à tolerância;
- Pluralismo de ideias e concepções pedagógicas;

- Vinculação entre as diferentes dimensões do conhecimento; entre os valores éticos e estéticos; entre a educação, o trabalho, a cultura e as práticas sociais;
- Democratização da produção e divulgação do conhecimento e fomento à interatividade na informação;
- Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, e o saber garantindo de continuidade e permanência do processo educativo;
- Permanente avaliação crítica e construtiva do processo educativo;
- Coerência entre o pensar, o falar, o sentir e o fazer;
- Democratização e interatividade na informação;
- Valorização das experiências escolares e extraescolares;
- Busca de excelência nas ações internas e externas;
- Transparência e diálogo;
- Transversalidade;

7.0 MISSÃO

Garantir que a Educação Ambiental seja um processo presente na vida da população de Sorocaba, para que contribua no processo de construção de uma cidade sustentável, justa, comprometida com a melhoria da qualidade de vida e do meio ambiente.

8.0 OBJETIVOS

- Estimular, integrar e apoiar o desenvolvimento de políticas públicas estruturantes de uma Educação Socioambiental permanente, continuada, articulada, democrática e junto à totalidade dos habitantes de Sorocaba;
- Orientar e fortalecer ações, projetos e programas setoriais e territoriais de Educação Ambiental, permitindo a sua coordenação e sinergia, reconhecendo-os nas suas ricas e complexas diversidades;
- Estimular projetos, ações ou programas de EA desenvolvidos no município pelos seus diferentes atores sociais e que estejam em consonância com os princípios do PROMEA;

- Fomentar, estimular e promover a Rede Sorocabana de Educação Ambiental (RESEA), dinamizando e universalizando o acesso a informações sobre a temática socioambiental;

- Promover processos de Educação Ambiental, de caráter formal, não formal e informal, para o desenvolvimento de conhecimentos, resgate de valores humanistas, habilidades, atitudes e competências que contribuam para participação cidadã na construção de uma cidade justa e sustentável;

- Fomentar processos de formação continuada em Educação Ambiental, formal e não-formal, dando condições para a atuação nos diversos segmentos da sociedade;

- Fomentar e difundir a dimensão ambiental nos projetos de desenvolvimento governamental e não governamental, para a melhoria da qualidade de vida;

- Incentivar iniciativas que valorizem a interação entre os saberes popular, tradicional e técnico-científico;

- Favorecer a integração de empresas, comunidades e quaisquer instituições que estejam envolvidas com a Educação Ambiental ao PROMEA;

- Garantir que os recursos destinados à Educação Ambiental no município de Sorocaba sejam previstos e providos pelo Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) e pela Lei Orçamentária Anual (LOA).

9.0 LINHAS TEMÁTICAS

Considerando os princípios e objetivos do Programa de Educação Ambiental de Sorocaba, bem como a necessidade da reação a crise socioambiental com efeitos globais, verifica-se a necessidade da promoção do trabalho conjunto e local.

Os direcionamentos das ações devem fomentar o equilíbrio, a recomposição ambiental e a melhoria da qualidade de vida, utilizando-se o planejamento estratégico e participativo das políticas públicas, programas e projetos em todo o Município. As estratégias e linhas de ação serão planejadas para abranger as principais questões socioambientais e que podem ser reunidas nos seguintes temas:

- Arborização;
- Biodiversidade;
- Resíduos Sólidos;
- Sustentabilidade;
- Gestão de Recursos Naturais;

- Consumo Sustentável;
- Recursos Hídricos;
- Saneamento Ambiental;
- Mudanças Climáticas e Poluição Atmosférica;
- Valorização da Educação Ambiental;
- Interação e Mobilização Socioambiental;
- Comunicação Ambiental;
- Urbanização;
- Produção de Conhecimento;
- Agricultura Familiar, Agricultura Urbana e Agroecologia;
- Direitos dos Animais;
- Mobilidade Urbana.

Essa classificação facilita o direcionamento para contribuições de todos os atores que atuam no tecido social.

É importante ressaltar que a definição de temas visa apenas orientar o trabalho educativo, sem nenhuma pretensão de esgotamento de possibilidades, que a qualquer momento podem e devem ser propostas.

10.0 PROPOSTAS PARA ATUAÇÃO

A proposta da organização do programa em linhas de atuação surge como facilitadora do processo de gestão das ações e supera possíveis fragmentações superficiais.

O trabalho educativo deve ocorrer de maneira integrada de forma que todas as linhas de atuação dialogam fortemente, sendo que seus limites não são claros, nem devem ser.

Cada uma da linha carrega em si especificidades e direcionamentos de possibilidades de ações educativas, projetos e programas, cujo principal foco está na promoção da educação socioambiental integral no município.

10.1 INSTITUCIONALIZAÇÃO E FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A estratégia adotada nesta linha de atuação tem como principal objetivo proporcionar a manutenção de estrutura administrativa para a gestão, fomento e promoção da educação ambiental no município de Sorocaba.

Tal estratégia assume fundamental importância, considerando a necessidade da construção de bases sólidas para o trabalho educativo em um contexto de complexidade social, econômica e cultural que constitui a municipalidade.

- Destinar recursos financeiros, oriundos de fundos federais, estaduais e municipais para a implementação de projetos e ações de Educação Ambiental;

- Fomentar a criação de instrumentos jurídicos para a facilitação da realização de parcerias público privadas específicas para o fomento de programas e projetos de Educação Ambiental, desenvolvidos pelo poder executivo ou pela sociedade civil organizada, instituições e empresas;

- Destinar recursos para compra de materiais, produção de material didático, realização de cursos e oficinas, pagamento de educadores ambientais para os projetos de Educação Ambiental com a Inclusão qualificada da Educação Ambiental no PPA, nas LOAs e nos Fundos de financiamento que atuam no município;

- Garantir a existência da Área de Educação Ambiental na estrutura organizacional e administrativa do município, dentro do organograma da Secretaria do Meio Ambiente, como instância de gerenciamento dos programas, projetos e ações educativas focadas na questão ambiental no município de Sorocaba;

- Promover amplo processo de transparência e acesso às informações socioambientais e de educomunicação em todo o território de Sorocaba;

- Rever periodicamente e construir de forma participativa e permanente o Programa Municipal de Educação Ambiental com periodicidade de 4 anos.

10.2 PROCESSOS FORMATIVOS DE EDUCADORES AMBIENTAIS

10.2.1 EDUCAÇÃO AMBIENTAL FORMAL

Por definição, a Educação Ambiental no ensino formal consiste de todo o processo educativo especificado e desenvolvido nos currículos das instituições públicas e privadas

vinculadas aos sistemas federais, estaduais e municipais de ensino em todos os seus níveis. Os conteúdos formais relacionados aos ensinos fundamental e médio estão nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs – tratam dos temas transversais às disciplinas formais), onde estão especificados os objetivos e as metas que a educação ambiental deve atingir para os estudantes destes níveis.

Por indicação legal, a educação ambiental no ensino formal deve ocorrer sob uma perspectiva de inter, multi e transdisciplinaridade, vinculada ao pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, humanismo, participação e desenvolvimento de atitudes individuais e coletivas que considerem a interdependência entre os meios naturais, sociais, econômicos e culturais, em um enfoque de valorização da sustentabilidade atual e futura.

O trabalho educativo em espaços formais devem incluir também os processos formativos de toda a equipe escolar. Abaixo pode-se verificar as estratégias para garantia da educação ambiental nestes espaços:

- Nas escolas, a Educação Ambiental será desenvolvida de forma transversal, inter, multi e transdisciplinar corroborando com as diretrizes do Programa, de forma contínua e permanente, devendo ser contemplada no Projeto Político Pedagógico das unidades escolares em todos os níveis e modalidades de ensino;

- Valorizar a realização de projetos em educação ambiental em um contexto local, incluindo questões relevantes para o entorno de cada unidade escolar no município, havendo apoio integral da Secretaria de Educação e de Meio Ambiente para a realização dos mesmos;

- Promover parcerias com as universidades e organizações não governamentais para a construção da agenda 21 escolar, mapeamentos e diagnósticos participativos da escola e do seu entorno;

- Garantir a formação continuada em serviço do quadro pedagógico dentro da temática ambiental desde a educação pré-escolar ao ensino superior, utilizando-se metodologias presenciais e de educação à distância;

- Estimular o acesso às tecnologias de informação e comunicação;

- Produzir material técnico-pedagógico e instrucional de apoio aos processos formativos;

- Fomentar a formação e capacitação de educadores e gestores ambientais no ensino superior, mediante a promoção de seminários, conferências, simpósios, entre outros.

10.2.2 ENSINO NÃO FORMAL

A educação ambiental não formal compreende todos os processos formativos que ocorrem fora do ambiente escolar. Considerando as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente, pode-se verificar grande relevância dos processos educativos não formais para a educação ambiental.

Todas as ações educativas promovidas pelos centros de educação ambiental da cidade, localizados nos parques naturais e abertos, consistem-se de esforços de educação ambiental não formal. Para tanto, as estratégias para atuação nessa linha estão descritas abaixo:

- Fomentar a implantação de novos Centros de Educação Ambiental na cidade, focando a democratização das ações realizadas no município;
- Construir Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) nos Centros de Educação Ambiental do município;
- Fomentar o programa educativo permanente dos Centros de Educação Ambiental do município, realizando visitas monitoradas, programação de férias, oficinas educativas, clubes ecológicos, entre outras atividades correlatas;
- Fomentar a implantação do Centro de Educação Ambiental móvel, para apoio de ações educativas pela cidade;
- Realizar ações educativas compatíveis com a lei Nº 8812, de 15 de julho de 2009, regulamentada pelo decreto nº 18.554/2010, que institui o calendário oficial de datas alusivas ao meio ambiente no município de Sorocaba e dá outras providências, além de outras datas previstas em legislação municipal;
- Promover roteiros educativos utilizando pontos de relevância ambiental da cidade, como os parques, árvores cidadãs, fragmentos de vegetação nativa, rio Sorocaba e afluentes, entre outros.
- Estimular a realização de formações em serviço sobre temáticas ambientais para instituições, empresas, organizações e poder público, destinadas aos colaboradores das mesmas.

10.3 COMUNICAÇÃO PARA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Os meios de comunicação, principalmente a mídia impressa e eletrônica, têm sido usados com parcimônia na divulgação de assuntos pertinentes ao meio ambiente. Ao contrário do que podem sugerir informações esparsas que priorizam sobretudo assuntos de impacto comercial, os temas prioritários ligados ao meio ambiente, em nível de município, são de fácil compreensão e de simples realização. No entanto precisam contar com instrumentos adequados para uma política de ação didático-educacional, embasada em conclusões científicas e voltada à proteção do meio ambiente em sintonia com o progresso tecnológico, econômico e social. Para tanto, estratégias para comunicação ambiental são fundamentais em um programa educativo numa cidade. São elas:

- Promover campanhas de Educação Ambiental, utilizando diferentes estratégias, com temas relevantes, indicadas pelos temas de concentração, como forma de capilarizar informações e práticas educativas sobre o meio ambiente;
- Fomentar mecanismos de comunicação digital, como redes sociais, portais e aplicativos para dinamizar o acesso a informações sobre a temática socioambiental;
- Apoiar a veiculação de informações de caráter educativo sobre meio ambiente, em linguagem acessível a todos, por intermédio dos meios de comunicação;
- Utilizar diferentes estratégias de comunicação para a sensibilização da população sorocabana para os problemas socioambientais locais por intermédio dos meios de comunicação;
- Estimular as instituições de ensino e núcleos de pesquisa a divulgar os resultados dos estudos às comunidades envolvidas;
- Identificar e divulgar estudos, notícias, debates e experiências bem-sucedidas em Educação Ambiental, especialmente as desenvolvidas no município e região metropolitana;
- Coletar e difundir informações sobre experiências de Educação Ambiental junto a usuários de recursos naturais, como forma de fortalecer ações locais que visem à adoção de procedimentos sustentáveis no uso do patrimônio comum;
- Integrar-se ao Sistema Brasileiro de Informação sobre Educação Ambiental – SIBEA, para que funcione como fonte confiável de dados e informações de interesse da Política e do Programa Nacional de Educação Ambiental, como forma de fusão entre as redes de Educação Ambiental;
- Fomentar a tecnologia de ensino a distância para a realização de cursos, encontros e conferências decorrentes das atividades geradas pelo Programa;

- Disponibilizar informações sobre a temática socioambiental para todos os segmentos da sociedade;
- Promover a sinalização educativa em diferentes espaços públicos como parques e praças com informações ambientais;
- Produzir, editar e distribuir material didático que contemple as questões socioambientais locais e regionais, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, Diretoria Regional de Ensino, Universidades, Instituições de Pesquisa, entre outras;
- Estabelecer parceria com órgãos e instituições de pesquisa, para aquisição e produção de material referente à temática ambiental, como impressos e audiovisuais, disponibilizando-os à sociedade;
- Selecionar materiais pedagógicos, interativos e lúdicos, relativos à Educação Ambiental, incentivando seu uso;
- Apoiar a realização periódica de eventos sobre Educação Ambiental, a exemplo de fóruns, seminários, festejos populares, congregando representantes de órgãos públicos, da sociedade civil, técnicos e especialistas nacionais e internacionais, entre outros;
- Incentivar a participação da sociedade nos eventos de Educação Ambiental em nível municipal, estadual, nacional e internacional.

10.4 GESTÃO E PLANEJAMENTO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O planejamento das ações educativas com enfoque no meio ambiente no Município necessita da adoção de procedimentos de planejamento e gestão, de formulação e implementação de políticas públicas, criando interfaces entre os vários segmentos, apoio institucional e financeiro, articulação e mobilização social e estímulo à educação ambiental democrática. Para tanto, algumas estratégias mostram-se necessárias:

- Apoiar as ações integradas entre os diferentes setores da sociedade, facilitando a transversalidade das questões socioambientais;
- Incentivar o planejamento estratégico e participativo das políticas públicas voltadas para Educação Ambiental, primando pela descentralização das ações e informações;
- Elaborar projetos em Educação Ambiental que possam se tornar referencial para o aprimoramento das políticas públicas vigentes;
- Estruturar bancos de dados de projetos e iniciativas existentes no Município com a temática socioambiental, mapeando periodicamente as iniciativas em Educação Ambiental de todos os atores do tecido social em Sorocaba, visando estimular essas ações;

- Criar instrumentos jurídicos que garantam a inclusão de ações de Educação Ambiental como parte das medidas mitigadoras, nos projetos de obras públicas ou privados, que causem impactos ambientais na cidade de Sorocaba;

- Incorporar ações de Educação Ambiental na elaboração e execução de projetos das atividades passíveis de fiscalização e licenciamento ambiental;

10.5 PROJETOS E PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Este eixo tem como principal objetivo promover a realização de ações integradas com diversos setores da sociedade, considerando as instâncias municipais e intermunicipais, utilizando para isso o trabalho em projetos conjuntos.

- Atuar junto ao Comitê da Bacia Hidrográfica do Sorocaba e Médio Tietê para uma prática de Educação Ambiental condizente com a gestão socioambiental das águas;

- Estimular a participação de todos os setores da sociedade sorocabana como corresponsáveis nos objetivos e na implementação das ações do Programa;

- Incentivar e promover o recrutamento de recursos humanos mediante trabalho voluntário, aproveitando essa oportunidade para aquisição de experiência profissional ou capacitação técnica de estudantes, bem como estimular o potencial solidário das pessoas, aumentando a capacidade de expansão do Programa;

- Estimular estudos e pesquisas que auxiliem o desenvolvimento de processos produtivos e soluções tecnológicas de baixo impacto ambiental.

10.6 INTERAÇÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

Apesar da Educação Ambiental possuir um caráter multidimensional, nesta linha de estratégia o contexto socioambiental agrega-se à questão ambiental pela necessidade de se destacar as ações participativas que aliam o aspecto social com o ambiental, estreitando estas duas dimensões em programas, projetos e ações que dialoguem com a realidade local.

Para que a atuação dos atores no campo da Educação Socioambiental possa ocorrer de modo articulado tanto entre as iniciativas existentes como entre as novas ações voltadas à sustentabilidade, e assim propiciar um efeito multiplicador com potencial de repercussão na sociedade, faz-se necessária a formulação e a implementação de estratégias que integrem essa perspectiva contextualizando os processos educativos com a realidade de vida com o recorte territorial.

- Estimular empresas, entidades de classe, instituições públicas e privadas a desenvolver programas destinados à formação de um cidadão crítico, visando à melhoria e o controle efetivo no ambiente de trabalho e repercussões do processo produtivo no meio ambiente;

- Envolver a comunidade rural em projetos de Educação Ambiental condizentes com sua realidade, estimulando-a e orientando-a a utilizar técnicas produtivas sustentáveis, focando suas ações para o direcionamento para uma transição agroecológica;

- Fomentar a criação do “Selo Sorocaba Sustentável”, concedendo anualmente uma menção honrosa às Instituições, empresas, programas, projetos e iniciativas individuais, como reconhecimento e incentivo à manutenção de seu compromisso socioambiental;

- Fomentar a inclusão das questões socioambientais nas agendas dos segmentos públicos e privados do Município;

- Incentivar a organização de grupos envolvidos com a questão socioambiental com base na Agenda 21, além de promover o intercâmbio entre os grupos já formados e entre estes e a comunidade;

- Incentivar e animar a Rede Sorocabana de Educação Ambiental como espaço de interação entre os diversos setores da sociedade, pela qual seja possível o intercâmbio de experiências, a construção de propostas, o debate e a articulação para a participação social;

- Incentivar e apoiar processos participativos associados a movimentos sociais espontâneos, com foco na questão socioambiental, fortalecendo o seu potencial articulador e mobilizador através de processos formativos integrando diferentes atores do tecido social.

11.0 METAS

1.

Descrição	Garantir que os Centros de Educação Ambiental dos Parques Ecológicos Educadores mantenham seus programas educativos de forma contínua
Período	Até 2020
Ações	Manter equipe permanente nos Parques Ecológicos Educadores Realizar atividades de educação ambiental dentro dos Centros de Educação Ambiental dos

	Parques Ecológicos Educadores
Responsável	SEMA

2.

Descrição	Garantir que o Centro de Educação Ambiental do Rio Sorocaba (CEA - Rio Sorocaba) mantenha seu programa educativo de forma contínua
Período	Até 2020
Ações	Manter equipe permanente no CEA - Rio Sorocaba Realizar atividades de educação ambiental dentro do CEA - Rio Sorocaba
Responsável	SEMA

3.

Descrição	Realizar 1 (um) curso de formação continuada (EAD ou presencial) voltado a profissionais da Secretaria da Educação
Período	Anualmente, até 2020
Ações	Promover cursos, palestras e oficinas; Promover formações em diferentes espaços; Divulgar a formação junto às instituições de ensino; Disponibilizar, em plataforma virtual, material de formação.
Responsável	SEMA

4.

Descrição	Criar 2 (dois) Coletivos Ambientais no município
Período	Até 2020
Ações	Realizar levantamento de bairros potenciais; Realizar formação sobre os princípios e conceitos que subsidiam os Coletivos Ambientais;

	Apoiar a estruturação dos Coletivos Ambientais;
Responsável	SEMA

5.

Descrição	Realizar 4 (quatro) Campanhas Educativas de grande abrangência
Período	Até 2020
Ações	Realizar levantamento de ações já existentes no município; Realizar levantamento de temas pertinentes; Realizar a educomunicação.
Responsável	SEMA

6.

Descrição	Cumprir Calendário Oficial de Datas Alusivas ao Meio Ambiente, conforme Lei Municipal nº 8.812, de 15/07/2009.
Período	Anualmente, até 2020
Ações	Realizar ações em comemoração às datas alusivas; Divulgar o calendário junto à população.
Responsável	SEMA

7.

Descrição	Realizar um evento técnico-científico com a temática ambiental
Período	Bianualmente, até 2020
Ações	Realizar workshops, oficinas, debates e/ou palestras sob a temática ambiental; Promover o encontro de interessados na temática ambiental; Convidar profissionais para ministrar palestras.

12.0 AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO

A avaliação do Programa Municipal de Educação Ambiental será realizada pela Comissão Intersetorial de Educação Ambiental (CISEA), que foi instituída pelo Decreto nº 19.957, de 23 de maio de 2012, sendo revogado e substituído pelo Decreto nº 21.957/2015. A comissão tem caráter intersecretarial e permite a capilarização da educação ambiental organizacionalmente na Prefeitura de Sorocaba.

13.0 BIBLIOGRAFIA

AB'SABER, Aziz Nacib. **O que é ser geógrafo: memórias profissionais de Aziz Ab'Saber em depoimento a Cynara Menezes**. Rio de Janeiro: Record, 2007.

MEDEIROS, Rogério. Augusto Ruschi: Agitador Ecológico. São Paulo: Record, 1995.

BARCHI, Rodrigo. **As pichações nas escolas: uma análise a partir da perspectiva da educação ambiental libertária**. Sorocaba: Universidade de Sorocaba. 2006. Dissertação de Mestrado.

LIMA, Adriana Teixeira de. **A Educação Ambiental através da arte: a contribuição de Frans Krajcberg**. Sorocaba: Universidade de Sorocaba, 2007. Dissertação de Mestrado

CEDI; DESEP-CUT; NEMI **Sindicato dos metalúrgicos de Sorocaba, de Angra a Aramar, os militares a caminho da bomba**. Ed. CEDI/Programa memória e acompanhamento do movimento operário, p. 15-127, 1995.

PÁDUA, S. M; TABANEZ, M. F.(orgs.). **Educação Ambiental: Caminhos trilhados no Brasil**. Brasília: FNMA/IPE, 1997.

MERGULHÃO, Maria Cornélia; VASAKI, Beatriz Nascimento Gomes. **Educando para a conservação da natureza: sugestões de atividades em educação ambiental**. São Paulo: EDUC, 2002.

REIGOTA, Marcos. **Ecologistas**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1999a.

_____. **A floresta e a escola: por uma educação ambiental pós-moderna.** São Paulo: Cortez, 1999b. _____. **Ecologia, elites e intelligentsia.** São Paulo: Anna Blume, 1999c.

_____. **Meio ambiente e representação social.** São Paulo: Cortez, 1999d.

_____. **O verde cotidiano: o meio ambiente em discussão.** Rio de Janeiro: DP&A, 1999e.

_____. **O que é educação ambiental.** São Paulo: Brasiliense, 1994. Coleção Primeiros Passos.

BRASIL. **Lei Federal nº 9.795 de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental dá outras providências.** Disponível em: <http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=legislacao.index&idEstrutura=20&tipo=0>

_____. **Decreto Nº 4.281, de 25 de junho de 2002, que regulamenta a Política Nacional de Educação Ambiental.** Disponível em: <http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=legislacao.index&idEstrutura=20&tipo=0>

Cúpula da Terra Rio-92. **A Carta da Terra.** 1992. Disponível em: <http://www.cartadaterrabrasil.org/prt/text.html>

Governo do Estado de São Paulo. **Lei nº 12780, de 30 de novembro de 2007. Institui a Política Estadual de Educação Ambiental.**

Ministério da Educação. **Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/tratado.pdf>

Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental e Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental. **Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA).** 3º Edição. Brasília, 2005.

Prefeitura de Sorocaba. **Lei nº 7.854, de 16 de agosto de 2006. Institui a Política Municipal de Educação Ambiental de Sorocaba.**

Prefeitura de Sorocaba. **Decreto nº 18.553, de 16 de setembro de 2010. regulamenta a lei nº 7.854, de 16 de agosto de 2006, que dispõe sobre a Política Municipal de Educação Ambiental.**

iii

iv